



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

REQUERIMENTO Nº /2019

(Da Sra. Joenia Wapichana)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a situação atual da TI Raposa Serra do Sol e as consequências do Marco Temporal para os povos indígenas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para o dia 15 de outubro pelo período da tarde para debater as consequências do Marco Temporal para os povos indígenas e a situação atual da T I Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- Representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal
- Representante da Comissão de Direitos Indígenas da OAB Federal. Dr. Paulo Machado Guimarães
- Representante das Mulheres na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Marizete de Souza
- Representante do Conselho Indígena de Roraima, Edinho Batista
- Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
- Representante do CIMI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

JUSTIFICATIVA

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, é habitada por 25.635 pessoas, dos povos indígenas Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapichana, distribuídos em 209 comunidades ao longo de uma extensão de 1.747.464 hectares, na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

Em mais de uma ocasião o atual Presidente da República se manifestou publicamente dizendo que iria revisar a demarcação desta Terra Indígena¹. Além de ofender o princípio da coisa julgada, a manifestação coloca o poder Executivo em desafio ao Poder judiciário, criando um clima de insegurança jurídica, criando falsas expectativas para setores que foram removidos por meio de força policial, como o arroteiro Paulo Cesar Quartieiro, que responde a inúmeros processos judiciais entre eles um criminal, por mandar jagunços armados atirar em membros da comunidade indígena Renascer, deixando dez pessoas feridas².

Por outro lado, a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal de março de 2009, reconheceu a constitucionalidade do processo de demarcação da Terra Indígena e ordenou a sua desintrusão: retirada de todos os ocupantes não-índios que deveriam sair. O processo de desintrusão foi concluído dentro do prazo previsto de três meses em trabalho realizado sob a coordenação do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), desembargador Jirair Meguerian.³

Após um longo processo de demarcação da terra indígena que durou mais de trinta anos e culminou com o julgamento pelo STF, as comunidades indígenas puderam finalmente voltar a viver em paz. Periodicamente o Conselho Indígena de Roraima (CIR) divulga informação sobre como estão vivendo as comunidades indígenas. Em 2017, foi divulgado um dossiê retratando a importância da demarcação da terra indígena, os resultados positivos alcançados após o período de conflito. O documento traz ainda uma reflexão sobre como avançar na formação e capacitação de pessoal como professores, agentes indígenas, e a produção econômica como a produção pecuária, a maior no Estado, de agricultura, piscicultura, artesanato e outras atividades⁴ que absorvam os profissionais indígenas formados em cursos superiores e as políticas públicas necessárias para implementar os Planos de Gestão da Terra Indígena.

¹ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/ministro-defende-revisao-nas-demarcacoes-de-terras-indigenas>

² <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/05/quartieiro-respondera-por-tentativa-de-homicidio-contraindigenas.html>

³ <http://noticias.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111355>

⁴ http://apib.info/files/2017/10/Dossi%C3%AA-Raposa-Serra-do-Sol_LM2-FINAL.pdf



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Esta semana se encontra um grupo de representantes indígenas de Roraima divulgando a atualização deste dossiê demonstrando como estão as comunidades da Raposa Serra do Sol, face as ameaças de rever demarcações já realizadas. Este é assim um momento oportuno para se discutir a importância da decisão do STF e como ela se reflete sobre outros povos indígenas, ouvindo além de representantes da Terras Indígena, o Ministério Público Federal, a Comissão de Direitos Indígenas da OAB-Federal e do Conselho Indigenista Missionário. Peço portanto, apoio dos meus pares para aprovar este requerimento.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2019.

JOENIA WAPICHANA

REDE Sustentabilidade/RR